



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08020620920198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ADALIANO SOARES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DO LAUDO PERICIAL

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Trecho do laudo produzido:

- I. Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

(X)

()

1-SIM

2- NÃO

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

- II. Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

Não Esquerda

Ocorre que, não se observar qualquer menção a lesão da mão da vítima e que possa haver indicação de fratura no punho.

Urge ressaltar, a necessidade, de se especificar corretamente a região acometida, bem como a limitação que subsiste, visto que dependendo do segmento de um mesmo membro a tabela anexa a Lei 1945/09, prevê valores distintos.

No caso em tela, o perito apontou que a região acometida teria sido a mão, contudo, os documentos não corroboram tal afirmação.

Cumpra esclarecer, que em sede administrativa houve a identificação da lesão do punho, por fratura do rádio distal, que gerou limitações físicas para uso do membro superior, tendo sido tais fatos devidamente detalhados no laudo administrativo a justificar a gradação para o membro.

PARECER				
Diagnóstico: Fratura do rádio distal esquerdo com desvio dorsal importante				
Descrição do exame médico pericial: deformidade e limitação importante da flexo extensão no punho esquerdo , principalmente para flexão e supinação. Apresentando desvio dorsal do punho. Com dificuldade para elevar cargas, limitação da força e funcional leve do membro superior esquerdo				
Resultados terapêuticos: Vítima realizou tratamento cirúrgico no dia 18.06.16 com osteossíntese com placa e parafusos. Refere também fisioterapia.evoluiu com deformidade				
Sequelae permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO.				
Sequelae: Com sequela				
Data da perícia: 23/11/2016				
Conduta mantida:				
Observações: revisão avalia em membro pela repercussão funcional na força -				
Médico examinador: JANETE MARIA DE CARVALHO OLIVEIRA				
CRM do médico: 3789				
UF do CRM do médico: PI				
DANOS				
DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda funcional completa de um dos membros superiores	70 %	Em grau leve - 25 %	17,5%	R\$ 2.362,50
Total			17,5 %	R\$ 2.362,50

Desse modo, evidente a necessidade de ficar devidamente clara a razão do enquadramento realizado, já que de pronto não houve lesão especificamente da mão devendo ser julgado improcedente o pedido autoral.

Caso assim não entenda, requer a intimação do perito para que refaça o laudo apontando devidamente a lesão conforme realidade dos autos, as limitações físicas permanentes irreparáveis, bem como finalize com a o enquadramento da efetiva invalidez observada e a gradação correspondente.

Outrossim na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório deverá respeitar a tabela inserida na Lei 11.945/09, devendo ainda ser observado o pagamento administrativo realizado na monta de R\$ 2.362,50 (dois mil e trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
TERESINA, 25 de setembro de 2019.

JOÃO BARBOSA
OAB/PI 10201

EDNAN SOARES COUTINHO
1841 - OAB/PI

Consulta processos - Processo Ju... x 0802062-09.2019.8.18.0140 - Pro... x +

tjpi.pje.jus.br/pje/Processo/ConsultaProcesso/Detailhe/listAutosDigitais.seam?idProcesso=178058&ca=78e62079123c9476730ba9a304ac1eede6be2e50b9e...

Apps Processo Virtual Na... -Administrativo Portal do Advogado Mais de 100 desen... Google Nova guia Meu INSS [bb.com.br] Painel de Controle... PJE 1º

PJE ProOrd 0802062-09.2019.8.18.0140
ADALIANO SOARES X SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVA...

6491166 - Petição (2627378 MANIFESTACAO LAUDO)
Juntado por EDNAN SOARES COUTINHO - POLO PASSIVO - ADVOGADO em 25/09/2019 17:49:02

25 Sep 2019

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
6491163 - Petição
6491166 - Petição (2627378 MANIFESTACAO LAUDO)
17:49


06 Sep 2019

JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO
6254638 - Petição (manifestação ao laudo judicial)
6254630 - Petição (Petição manifest laudo Adaliano)
17:40

04 Sep 2019

JUNTADA DE PETIÇÃO DE LAUDO PERICIAL
6221207 - Laudo Pericial

Microsoft Word - 2627378_MANIFESTACAO_LAUDO 1 / 2
2627378 CS/2019-04054/INVALIDO2


JOÃO BARBOSA
ADVOCADOS

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TERESINA/PI

Processo: 08020620920198180140

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus

PT 17:48 25/09/2019